

7. Volkswagen Group, Annual Report 2016 // Annual Report 2015 // Annual Report 2014: [Электронный ресурс]. – Режим доступа: <https://www.volkswagenag.com/>. – Дата доступа: 04.03.2017

## **O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: PRÓS E CONTRAS**

**V. Д. Окунев**

A ortografia da língua portuguesa é determinada por normas legais. No início do século XX Portugal estabeleceu pela primeira vez um modelo ortográfico de referência para as publicações oficiais e para o ensino. No entanto, as normas desse primeiro Formulário Ortográfico não foram adoptadas pelo Brasil. Desde então, decorre um longo processo de discussão e negociação, com o objectivo de instituir, através de um único tratado internacional, normas comuns que rejam a ortografia oficial de todos os países de língua portuguesa. As tentativas iniciais materializaram-se num primeiro acordo, assinado em 1931, que, no entanto, viria a ser interpretado de forma diferente nos vocabulários ortográficos nacionais entretanto produzidos: em Portugal, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1940; no Brasil, o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1943, acompanhado de um Formulário Ortográfico. A fim de eliminar estas divergências, foi assinado por ambos os países um novo acordo ortográfico, em 1945, mas este apenas foi aplicado por Portugal, continuando o Brasil a seguir o disposto no Formulário Ortográfico de 1943. Nas décadas seguintes, houve várias tentativas de chegar a novo consenso, mas não foi aprovada oficialmente uma reforma que instituísse um documento comum. Fruto de um longo trabalho da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, os representantes oficiais dos sete países de língua oficial portuguesa assinaram em 1990 o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ratificado também, depois da sua independência em 2004, por Timor-Leste[1].

Ao falar de acordo, é preciso indicar as principais mudanças que ocorreram na língua. Antes do acordo, o alfabeto brasileiro tinha 23 letras, agora, conta com o acréscimo das letras *K*, *W* e *Y*. As mudanças principais ocorreram na accentuação e no uso do hífen. Eis alguns exemplos da nova accentuação: a trema continua apenas em palavras estrangeiras (*Müller*); as palavras homógrafas perdem o acento diferencial: antes era – “*pára*” (verbo) e “*para*” (preposição), agora – *para* (verbo), *para* (preposição); o acento circunflexo desaparece nas palavras terminadas em –*êem* e em palavras com o hiato *oo* (era – *leêm*, *enjôo*, agora –*leem*, *enjoo*); as paroxítonas com os ditongos abertos *ei* e *oi* perdem o acento (*androíde* – *androide*).

Se a acentuação é o conteúdo que recebeu mais modificações, o hífen é a mudança do acordo que rende mais polémicas, visto que palavras que não

tinham hífen passaram a ter, outras perderam o sinal, além de palavras que perderam o hífen e ainda repetem as letras: nas palavras cujo prefixo termina em vogal e a primeira letra do segundo termo começa com consoante diferente de *r* e *s* o agora emprega-se o hífen e as letras são duplicadas (*neo-realismo – neorealismo; ultra-som – ultrassom*); o hífen torna-se empregado nas palavras cujo prefixo termina com a mesma vogal que começa o segundo termo (*antiinflamatório – anti-inflamatório; microondas – micro-ondas*): o hífen não é empregado nas palavras com o prefixo *co*; se o segundo termo começar com a letra *h*, perde a última (*co-habitante – coabitante; co-autor – coautor*). Boa parte das mudanças previstas no novo acordo não afecta o português escrito no Brasil, mas tem relação directa com a grafia actual das palavras em Portugal. Um exemplo é a eliminação da letra *h* no início de palavras como *herva* e *húmido*. Além disso, como regra geral, desaparecem o *c* e o *p* das palavras em que essas letras não são pronunciadas (*acção – ação; colectivo – coletivo; exacto – exato; baptizar – batizar*)[2].

Mais do que um esforço banal como considerado pelo senso comum, ou mesmo como “algo que mudou o Português”, como pregam os meios de comunicação, o que o acordo ortográfico busca é uma maior representatividade da Língua Portuguesa, mas que ainda não possui o “status” de língua da Organização das Nações Unidas. Hoje, a maioria de seus falantes é constituída por brasileiros, da terra que outrora foi colônia portuguesa; Mas não há um português brasileiro, um português africano e um português de Portugal. Há sim diferentes pronúncias, construções lexicais para uma mesma língua. Língua esta que sofreu modificações ao longo do tempo e que muitas vezes gerou várias tentativas de acordo e de unificação[5].

No entanto, principalmente em Portugal, mas também no Brasil surgiram várias discussões e polémicas nos círculos académicos. José de Faria Costa e Francisco Ferreira de Almeida, professores da Faculdade de direito da Universidade de Coimbra dizem que, “Com o Acordo Ortográfico, Portugal, acometido de um juridicizante voluntarismo excessivo, tristemente capitulou perante um patente abastardamento da língua portuguesa, contestando, à guisa de autoflagelação, uma arremetida contra importante vertente do seu riquíssimo - velho, de quase nove séculos -património histórico e cultural”[3]. O linguista brasileiro, Luiz Antônio Cagliari declara, que «de facto, esta reforma, ao contrário da feita na década de 1910, representa um gesto brasileiro contra a tradição da língua. Para uma pessoa culta, a escrita traz as marcas da pátria, da história, e isso fica prejudicado por leis que pretendem que todos sejam iguais»[5].

No entanto, em 2008, em Portugal surge o Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico - uma petição on-line que, entre Maio de 2008 (data do início) e Maio de 2009 (data da apreciação pelo Parlamento),

recolheu mais de 115 mil assinaturas válidas. Trata-se de uma iniciativa cívica inédita em Portugal: a Petição/Manifesto versa um assunto de ordem cultural e educacional que concitou rapidamente — sem recurso a uma estrutura organizada, sem contratação de recursos humanos, sem publicidade paga e sem campanha de recolha de fundos — a adesão de milhares de cidadãos. E é assim que começa o texto da petição: “A Língua é um património valioso e um instrumento determinante para a afirmação dos povos e das suas culturas, porque é através dela que exprimem a sua identidade e as suas diferenças. Tal como a espontaneidade da vida e dos costumes de cada povo, a Língua é um elemento vivo, e não pode, por isso, ser prisioneira de imposições do poder político, que limitam a sua criatividade natural”[4].

Apesar das opiniões, petições e do descontentamento público, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) entrou em vigor no início de 2009 no Brasil e em 13 de maio de 2009 em Portugal. Em ambos os países foi estabelecido um período de transição em que tanto as normas anteriormente em vigor como a introduzida por esta nova reforma são válidas, ou seja, a partir de janeiro de 2016, o acordo está oficialmente em vigor. Com exceção de Angola e de Moçambique, todos os restantes países da CPLP já ratificaram todos os documentos conducentes à aplicação desta reforma.

#### **Bibliografia**

1. Acordo Ortográfico // Portal da Língua Portuguesa [recurso electrónico]/ - Regime do acesso: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>
2. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 // Portal da Língua Portuguesa [recurso electrónico]/ - Modo de acesso: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?acordo&version=1990>
3. José de Faria Costa, Francisco Ferreira de Almeida: O chamado 'novo acordo ortográfico': um descaso político e jurídico. // Diário de Notícias [recurso electrónico] / - Modo de acesso: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/o-chamado-novo-acordo-ortografico-um-descaso-politico-e-juridico-2300823.html>
4. Manifesto contra o Acordo Ortográfico reuniu 33 mil assinaturas. // Público [recurso electrónico]/ - Modo de acesso: <https://www.publico.pt/2008/05/15/culturaipsilon/noticia/manifesto-contra-o-acordo-ortografico-reuniu-33-mil-assinaturas-1328894>
5. Sílvia Fernanda Souza Dalla Costa O português “brasileiro” e o novo acordo ortográfico: elementos constituintes que ultrapassam alterações na escrita. // ANAIS do 12º Congresso LPO. São Paulo: IP-PUC-SP, 2015.

## **DEVELOPMENT OF THE FINANCIAL SECTOR AS THE CURRENT TREND OF WORLD ECONOMY**

### **A. Palahina**

Over the past decades, world financial flows have acquired significant proportions, the amount of operations carried out in financial markets has in-